



DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: DESAFIOS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NAS PERIFERIAS

Maria Eduarda Bulgarelli Guerra¹, Darléa Carine Palma Mattiello ²

- 1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC
- 2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Maria Eduarda Bulgarelli Guerra, mariaeduguerra60@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: Nas áreas urbanas marginalizadas, onde a desigualdade socioeconômica é evidente e confirmada por índices estatísticos, a garantia do direito à alimentação torna-se uma tarefa complexa. Em meio a esses cenários desafiadores, as periferias se tornam palco de uma luta silenciosa, porém, incisiva, pela garantia do direito fundamental à alimentação adequada. Essa população clama por uma melhor implementação de políticas públicas para superar desafios socioeconômicos e conquistar uma melhor qualidade de vida. Objetivo: A pesquisa objetiva identificar as barreiras socioeconômicas que tornam da sobrevivência um desafio nas comunidades urbanas periféricas, no que tange ao acesso à alimentação adequada em contraponto à insegurança alimentar. Método: A pesquisa é bibliográfica e documental, fundamentada na revisão de literatura nacional e estrangeira, com análise de documentos, levantamento de dados e pesquisas bibliográficas. Utiliza-se o método hipotético-dedutivo e a abordagem qualitativa. Resultados: O Brasil ainda enfrenta desafios significativos no que concerne à efetivação do direito fundamental à alimentação adequada, apesar de progressos notáveis em outras áreas. Em 2015, o Brasil retornou ao chamado "Mapa da Fome", com cerca de 60 milhões de brasileiros enfrentando dificuldades para se alimentar – grande parte deles residentes em áreas urbanas marginalizadas. Daí a urgência de tratar a insegurança alimentar nas periferias brasileiras como uma questão de direitos humanos e dignidade da pessoa humana, com base nos dispositivos constitucionais republicanos. Conclusão: A insegurança alimentar nas periferias é um desafio que requer um esforço conjunto que inclua governos, organizações da sociedade civil, empresas e as próprias comunidades. Apesar das dificuldades, há esperança nas comunidades periféricas. A insegurança alimentar pode ser superada quando a sociedade se une em espírito de solidariedade, com base em políticas públicas eficientes. É responsabilidade coletiva, não apenas estatal, criar um futuro com acesso à alimentação adequada.

Palavras-chave: alimentação adequada; direitos fundamentais; insegurança alimentar; periferias brasileiras; políticas públicas.

Agradecimentos: A autora Maria Eduarda Bulgarelli Guerra agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.